

A INCLUSÃO ESCOLAR E O PAPEL DO ATENIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

STHÉFANI BORGES BREGUE¹; FRANCELE DE ABREU CARLAN²

¹Universidade Federal de Pelotas – sthefanibregue@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – francelecarlan@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Para Mantoan (2004), as ações educacionais inclusivas propostas, partem do princípio do convívio com as diferenças. Desta forma, a aprendizagem seria uma experiência relacional, participativa, produzindo assim, sentido para o aluno, completando sua subjetividade, mesmo que construída no coletivo da sala de aula. Neste contexto, Oliveira et al. (2011), destacam que a inclusão escolar não é apenas inserir fisicamente o aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em um ambiente comum. É necessário que este aluno seja parte do contexto escolar, ou seja, que participe ativamente das atividades desenvolvidas, sejam essas sociais ou pedagógicas. Vale ressaltar, segundo Gomes et al. (2014), que o termo NEE, não engloba apenas pessoas com necessidades físicas, mas também cognitivas, culturais, sociais e até afetivas.

A partir de 2008 com a implantação da Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2008), que veio assegurar a inclusão escolar das pessoas com Necessidades Educativas Especiais, junto vem a proposta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), como forma de assegurar um serviço especializado para a educação especial. A proposta é de o atendimento ocorra no turno inverso e com profissional qualificado, em salas adequadas e com recursos didáticos adaptados (NORBERTO et al. 2014).

O professor responsável pelo AEE, deve responder por uma série de atividades direcionadas e em parceria com os demais professores, com as famílias dos alunos com NEE, assim como, a busca por parcerias com outros serviços (MENEZES et al. 2010). Para Hostins et al. (2016), é importante entender como as escolas têm interpretado estas políticas públicas, que preveem o AEE, e como as mesmas os traduzem no momento da execução, como forma de garantir que tal atendimento não venha a ser interpretado como substitutivo às classes comuns.

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa que vem sendo realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “O processo de inclusão escolar: Um estudo de caso”. Neste trabalho será analisada a opinião da professora da sala de recursos multifuncionais, de uma escola municipal do Capão do Leão- RS, a respeito de como vem ocorrendo o processo de inclusão de alunos com deficiência em sua escola.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta um caráter predominantemente qualitativo, que segundo Lüdke e André (1986) não são gerados por análises estatísticas ou outra forma de quantificação; são denominados qualitativos, assim como seu método, isto é, investigam a qualidade da informação e não sua quantidade.

Este trabalho vem sendo desenvolvido, desde 2016, em uma escola do município do Capão do Leão, RS. A escola é referência em inclusão no Capão do

Leão, desta forma os alunos com NEE do município são enviados para esta, que conta com aproximadamente 2 alunos com deficiência por turma. Os alunos da escola são desde moradores do assentamento da Embrapa, até filhos de professores da Universidade Federal de Pelotas, ou seja, há uma grande abrangência social, diferentes culturas e necessidades.

A professora de AEE, possui formação em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia e demais cursos voltados para educação inclusiva. A mesma possui 7 anos de experiência na área de AEE.

A coleta de dados, que gerou este trabalho, ocorreu por meio de entrevista semiestruturada em Junho de 2017. A entrevista continha quatro questões principais sendo estas: Qual a concepção de inclusão? Como ocorre o processo de inclusão na escola? A escola possui adaptação? A escola propõe ações inclusivas? As demais questões eram sugeridas de acordo com o andamento da entrevista.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva, como em muitos estudos na área da educação. Segundo Godoy (1995) na análise descritiva, os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias e vários tipos de documentos. Visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O profissional que atua na sala de recursos multifuncionais é encarregado de promover o AEE. Também chamado de professor de apoio este profissional, segundo Paraná (2003) é:

“Professor habilitado ou especializado em educação especial que presta atendimento educacional ao aluno que necessite de apoios intensos e contínuos, no contexto de ensino regular, auxiliando o professor regente e a equipe técnico pedagógica da escola. Com este profissional pressupõe-se um atendimento mais individualizado, subsidiado com recursos técnicos, tecnológicos e/ou materiais, além de códigos e linguagens mais adequadas às diferentes situações de aprendizagem”. (PARANÁ, 2003, p. 20).

Na escola pesquisada são atendidos alunos da educação infantil às séries finais do ensino fundamental. Tem direito de frequentar a sala de recursos todos os alunos que apresentem laudo médico comprovando uma deficiência ou transtorno. Na escola pesquisada, atualmente, existem seis alunos com laudo cursando as séries finais do ensino fundamental.

No município de Pelotas, além do professor que atende no AEE, todas as escolas municipais, que têm alunos com deficiências ou transtornos, contam com o apoio de um professor auxiliar (Lei nº 5.930 de 04 de Julho de 2012) que tem o papel de permanecer em sala de aula, juntamente com o professor regente, e auxiliar nas dificuldades que por ventura os alunos com deficiência venham a ter. No entanto, o município do Capão do Leão não prevê em lei municipal esse profissional e, segundo a professora entrevistada, é a maior justificativa que os demais professores utilizam como fator que impede a inclusão escolar. Contudo, na opinião da professora, se os demais professores da escola trabalhassem em parceria com o trabalho realizado por ela na sala de AEE, já seria possível minimizar muitos entraves que dificultam o processo de inclusão na escola.

O trabalho realizado em conjunto entre o professor regente e o professor da sala de AEE tem como objetivo a adaptação curricular¹ e a produção de recursos e materiais adaptados que auxiliem na aprendizagem dos alunos com NEE. No entanto, segundo a professora entrevistada, esta parceria ocorre, efetivamente, apenas com a professora de português. Contudo, é preciso ter cautela quando se discute que o professor não tem boa vontade para pensar em um currículo adaptado, pois, muitas vezes, lhe faltam subsídios teóricos que auxiliem a criatividade e conhecimento sobre o assunto, desconhecimento este causado pela falta de uma formação adequada para trabalhar com a educação especial.

Apesar dos problemas apontados pela professora, a mesma destacou o quanto é importante desenvolver o potencial destes alunos, o quanto é motivada e acredita no trabalho que realiza e finaliza sua entrevista, destacando que é preciso compreender que cada aluno com deficiência ou transtorno tem seu tempo para aprender e que cabe a escola explorar suas potencialidades.

4. CONCLUSÕES

A partir deste trabalho foi possível perceber que o processo de inclusão escolar no Brasil ainda ocorre de forma inadequada, esbarrando em problemas estruturais e de formação adequada dos professores. Possivelmente, a falta de formação adequada e desconhecimento a respeito da educação especial são alguns dos fatores que compreensão do professor de que seu trabalho em sala de aula com aluno com deficiência precisa ocorrer em parceria com o profissional especializado da sala de AEE, promovendo estratégias que possibilitam a aprendizagem destes alunos. Apesar dos problemas, foi possível perceber que existem profissionais comprometidos com o processo de inclusão escolar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, 1995.

GOMES, Paulo César; MINGUILI, Maria Glória. Inclusão escolar na percepção de professores do município de Dois Córregos – São Paulo. **CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v.6, n.1, 2014.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v.32, n.2, p.193-208, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MANTOAN, Maria T. E. O direito à diferença nas escolas – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências. **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria, v.4, n.23, p.01-05, 2004.

¹ Toda e qualquer ação pedagógica que tenha a intenção de flexibilizar o currículo para oferecer respostas educativas às necessidades especiais dos alunos, no contexto escolar (HEREDERO, 2010).



MENEZES, Eliana C. P.; MELLO, Vanessa S. S. Atendimento educacional especializado na escola regular: Espaço para classificação e normalização dos alunos. **VII Anped Sul**, 2010.

NOBERTO, Mércia C. L. M.; POMPEU, Maria S. S.; FELIPE, Roselita A. D.; OLIVEIRA, Rozana A. S.; COSTA, Geilsa M. Breve histórico da educação especial no Brasil no ensino regular. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**. Pombal, v.4, n.1, p.46-49, 2014.

OLIVEIRA, Jucélia B. G. A perspectiva da inclusão escolar da pessoa com deficiência no Brasil: Um estudo sobre as políticas públicas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. Sergipe, v.6, p.147-159, 2011.

PARANÁ. Deliberação n.º 02, de 02 de junho de 2003. **Conselho Estadual de Educação**. Curitiba. p. 20. 2003. Disponível em: [http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/93946370948cd82903256d5700606b9e/\\$FILE/p8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30co.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/93946370948cd82903256d5700606b9e/$FILE/p8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30co.pdf)